

Fatores Determinantes na Mudança de Auditor: O Caso Português

Paula Alexandra Heliodoro, paula.heliodoro@esce.ips.pt, Prof^a Adjunta, ESCE/Instituto Politécnico de Setúbal¹

Francisco Alegria Carreira, francisco.carreira@esce.ips.pt, Prof. Coordenador, ESCE/Instituto Politécnico de Setúbal

Pedro Nuno Pardal, pedro.pardal@esce.ips.pt, Prof. Adjunto, ESCE/Instituto Politécnico de Setúbal

Área Temática – Informação Financeira e Normalização Contabilística

Palavras-chave: relatório de auditoria; mudança de auditor, fatores de mudança, modelo de regressão logística, *stakeholders*.

¹ ESCE, Campus do IPSetúbal, Estefanilha, 2914-503 Setúbal, Portugal. Telefone: +351.265.709.305

Fatores Determinantes na Mudança de Auditor: O Caso Português

Resumo

O artigo analisa os fatores determinantes na mudança de auditor, em particular assumindo que um maior número de reservas no relatório de auditoria financeira tende a conduzir à mudança. Recorrendo a uma amostra de empresas cotadas em mercado contínuo no período de sete anos, desenvolveu-se um modelo de regressão logística, onde os resultados evidenciam uma relação significativamente positiva entre o relatório de auditoria financeira modificado e a mudança de auditor, sendo as reservas sobre o ativo, existência de outras reservas, dimensão da empresa auditada, crescimento da empresa e o tipo de modelo de governo, os principais fatores associados.

Introdução

O objetivo principal de uma auditoria financeira consiste num exame independente aos documentos de prestação de contas, através de uma opinião que contribui para dar credibilidade aos referidos documentos. Porém, os vários escândalos têm conduzido a inúmeras críticas que têm colocado em causa os auditores.

O relatório de auditoria financeira representa a materialização do produto final de uma auditoria externa e independente, sendo perfeitamente expectável, que a opinião do auditor nem sempre seja a prevista ou a mais conveniente para a empresa. Diferentes fatores têm sido indicados como causadores dessa mudança, nomeadamente, a emissão de relatórios de auditoria financeira modificados.

A estrutura do presente estudo divide-se em duas partes: a primeira, de cariz teórico, relaciona a mudança do auditor com o relatório de auditoria, em termos de duas correntes antagónicas e de alguns estudos empíricos e, a segunda, um estudo empírico sobre uma amostra de empresas cotadas no mercado contínuo, em Portugal, ao longo de sete anos.

Formularam-se várias hipóteses de modo a identificar os fatores que mais contribuem para a mudança de auditor, das quais foram validadas como indutoras à mudança, a existência de reservas sobre os capitais alheios, ou sobre o ativo, ou ainda outras reservas, a estrutura de capitais, a dimensão da empresa e o crescimento da empresa.

1. Revisão de literatura

1.1. O relatório de auditoria financeira e o auditor

O auditor emite uma opinião sobre se a informação financeira da empresa está em conformidade com o normativo contabilístico que lhe é aplicável, bem como as normas de auditoria em vigor.

Assim, o auditor é responsável por chamar à atenção da administração para quaisquer fraquezas, incertezas ou irregularidades detetadas, dado que são matérias que, em regra, são materialmente relevantes e por isso, devem ser mencionadas no relatório de auditoria financeira, o que origina um relatório de auditoria financeira modificado.

A administração da empresa poderá ser tentada a afastar a possibilidade do auditor emitir relatórios de auditoria modificados, uma vez que, esses relatórios podem vir a ter um impacto negativo na percepção dos *stakeholders* e dos *shareholders*.

Os vários estudos relacionam os relatórios de auditoria financeira modificados com a mudança do auditor, sendo que as variáveis determinantes dessa mudança de auditor são: os problemas financeiros (Haskins & Williams, 1990; Carpenter & Strawser, 1971) e a dimensão da empresa (Warren, 1980; Shank & Murdock, 1979; Chow & Rice, 1982).

1.2. Estudos realizados sobre a mudança de auditor.

Os motivos que conduzem a que as empresas mudem de auditores têm sido analisados por uma extensa literatura durante anos e os estudos realizados comprovam uma falta de consenso sobre o impacto do relatório de auditoria financeira modificado e a mudança de auditor.

Quer Mutchler (1986), quer Mckeown, Mutchler e Hopwood (1991) defendem que os auditores estão predispostos a emitir relatórios de auditoria modificados para empresas cuja dimensão é reduzida.

Hope e Langli (2010) concluíram que a inclusão do Ativo nos modelos que estudam o tipo de opinião emitida nos pareceres de auditoria é realizada para controlar o efeito que a dimensão da empresa pode provocar na tendência dos auditores de emitirem relatórios de auditoria modificados. Em contrapartida, as empresas de maior dimensão estão menos sujeitas a pareceres e relatórios de auditoria modificados Monroe e Teh, 1993).

Segundo Reynolds e Francis (2001) e DeFond, Raghunandan e Subramanyan (2002) poderá existir uma relação negativa entre a dimensão da empresa auditada e a receção de um relatório de auditoria modificado. Para estes autores as empresas com maiores dimensões tendem a pagar os honorários mais elevados, pelo que, a probabilidade de o auditor emitir um relatório de auditoria modificado é menor, uma vez que, poderá perder um cliente importante.

A mudança de auditor pode ter conotações negativas, dado que pode estar relacionada com oportunismo do conselho de administração, uma vez que, existe um interesse económico por parte dos gestores na continuidade do auditor em resultados dos custos elevados no início de uma relação cliente-auditor (DeAngelo, 1981).

Também Davidson, Wallace, Jirporn e Dadalt (2004) argumentam que os motivos da mudança do auditor, assentam nas situações em que os gestores procuram uma auditoria de menor qualidade traduzindo-se em custos de agência, ou seja sinaliza a existência de problemas na qualidade da auditoria financeira.

1.3. A mudança do auditor e a qualidade da auditoria

O *Comité Metcalf*, em 1996, constata que tem ocorrido debates internacionais com argumentos, a favor e contra, a implementação da mudança obrigatória dos auditores.

Organismos de contabilidade e auditoria, tais como *AICPA* (1992), *ICAEW* (2002) e *FEE* (2004), têm defendido que a implementação de medidas de rotação obrigatória é prejudicial para a qualidade da auditoria, uma vez que quanto mais tempo o auditor permanecer na empresa, maior tende a ser o conhecimento e informação sobre a atividade da empresa e do setor de atividade, logo uma auditoria de melhor qualidade (Barbadillo, Aguilar & Pena, 2006).

De igual forma, Arruñada e Pay-Ares (1997) sustentam que a mudança de auditor obrigatória dos auditores tem como efeito imediato a destruição do conhecimento criado em torno do cliente o que vai gerar uma auditoria de menor qualidade.

Ao invés, alguns os organismos reguladores (*U.S. Senate*, 1976; *SEC*, 1994; 2000) e autores como Petty e Gugaresan (1996) que reivindicam a necessidade de impor medidas de mudança obrigatória aos auditores, baseando-se no facto que a longevidade dos contratos reduz os incentivos para que os auditores mantenham uma atitude independente em relação aos clientes.

Assim, aumenta a concordância e reduz-se o requerido ceticismo profissional sendo possível a criação de uma clara identificação com os interesses dos clientes, conforme o tempo decorre.

O auditor pode começar a identificar-se mais com os interesses da administração do que com os dos *stakeholders*, e desta forma é reduzida a sua capacidade de auditar as demonstrações financeiras da empresa de uma forma imparcial.

Em síntese, as teorias relativas à mudança de auditores são duas: uma, defende que se devem impor limites à permanência do auditor por um longo período de tempo a fim de melhorar a qualidade da auditoria e, outra, preconiza a permanência do auditor na empresa cliente, uma vez que melhora a tomada de decisão por parte dos auditores, dado que detêm mais informação sobre a sociedade, nomeadamente, ao nível dos negócios dos seus clientes.

2. Estudo empírico

2.1. Âmbito e descrição da investigação

O objetivo da investigação consiste em analisar a relação existente entre o tipo de opinião emitida pelo auditor no seu relatório e as mudanças de auditor verificadas, no sentido de verificar se um relatório modificado proporciona um enfraquecimento com a administração da empresa.

A fim de validar a existência de relatório de auditoria modificado e situações menos conseguidas quanto a resultados nas empresas auditadas levarem à mudança do auditor, recolheram-se dados sobre empresas cotadas no mercado contínuo, em Portugal, nos anos de 2007 a 2013.

Foram então coletados dados correspondentes a 389 observações, dos quais 67 indicavam a ocorrência da mudança de auditor no período em análise. Com o recurso ao *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*)², procurou-se definir um modelo que seja indiciador da mudança do auditor, a partir de um conjunto de hipóteses, previamente, verificadas.

2.2. Amostra

A amostra é composta por um conjunto de empresas cujos documentos financeiros estavam disponíveis aos *stakeholders*, nomeadamente as cotadas em mercado contínuo entre 2007 e 2013 e disponibilizadas na página *web* da CMVM³.

Esta amostra possui um volume importante de informação para os diversos anos e é composta por empresas que são representativas e que são obrigadas a submeter as suas contas ao controlo de um auditor independente com a emissão posterior da sua opinião no relatório de auditoria financeira.

Assim, obteve-se um conjunto de 389 observações no espaço temporal em análise, cuja caracterização segundo o volume de negócios e o ativo é a seguinte (Quadro 1):

Quadro 1 – Dimensão das empresas da amostra

Dimensão da empresa	Volume de Negócios		Ativo	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Pequena	122	31,36%	133	34,19%
Média	137	35,22%	127	32,65%
Grande	130	33,42%	129	33,16%
Total	389	100%	389	100%

Verifica-se um equilíbrio nas empresas que compõem a amostra, em termos de dimensão, – pequenas, médias e grandes. O Quadro 2 evidencia o número de mudanças de auditor no período e estudo, ou seja, entre 2007 e 2013.

² O SPSS é um dos *softwares* mais usados em diferentes áreas do saber pois possui um ambiente gráfico muito apelativo e de utilização intuitiva bastando para a maioria das análises efetuar a seleção das respetivas opções em menus e caixas de diálogos. Além disso permite tratar variáveis de diferentes tipos e permite desenvolver todo o processo da investigação, desde o planeamento do estudo até ao tratamento de dados para a análise, possibilitando a elaboração de relatórios, quer pelo próprio programa, quer por uma articulação com um processador de texto (Laureano & Botelho, 2010).

³ www.cmvm.pt/index.asp

Quadro 2 – Total de observações sobre a mudança de auditor

	Frequência	Porcentagem
Houve mudança de auditor	322	82,8%
Não houve mudança de auditor	67	17,2%
Total	389	100%

Pela análise dos resultados é possível observar uma clara tendência para a não mudança de auditor por parte das empresas constantes da amostra, sendo que, apenas, 17,23% das empresas da amostra mudaram de auditor.

2.3. Descrição do Modelo

Procurou-se um modelo que pudesse antecipar a mudança do auditor, que está suportado nas regressões categoriais, onde a variável dependente – mudança de auditor – é qualitativa, e as variáveis independentes (ou preditoras) podem ser qualitativas (existência de reservas) ou quantitativas (rácios económicos e financeiros). Mas como a variável dependente nominal é dicotómica, entramos num caso mais específico, designado por regressão logística: modelo *logit*.

Assim, estabelecemos o seguinte modelo de base para analisar o nosso problema de investigação:

$$\theta(Y_N) = \frac{e^{\alpha + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon}}{1 + e^{\alpha + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon}}$$

A variável dependente $\theta(Y_N)$ é a mudança de auditor, a qual assume o valor 1 (um) quando se detete a existência de uma mudança do auditor e 0 (zero) na situação contrária. As variáveis independentes $X_{(N-1)k}$ consideradas justificam as hipóteses em estudo. O modelo aplicado tem a seguinte apresentação:

$$\text{logit}[\theta(Y_N)] = \log\left[\frac{\theta(Y_N)}{1 - \theta(Y_N)}\right] = \alpha + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon$$

Onde cada variável $X_{(N-1)k}$ corresponde a cada uma das hipóteses consideradas, o α à constante e o ε os eventuais erros de medição.

2.4. Hipóteses de investigação

Foram consideradas as seguintes hipóteses como variáveis independentes a integrar no modelo:

H₁ – O relatório de auditoria com Reservas sobre o Capital Próprio é indutor à mudança de auditor.

H₂ – O relatório de auditoria com Reservas sobre o Ativo é indutor à mudança de auditor.

H₃ – O relatório de auditoria com Reservas sobre o Capital Alheio é indutor à mudança de auditor.

H₄ – O relatório de auditoria com outras Reservas não consideradas nas hipóteses anteriores é indutor à mudança de auditor.

H₅ – A mudança de auditor é influenciada pela Rendibilidade da empresa.

H₆ – A mudança de auditor é influenciada pela estrutura de Capitais.

H₇ – A mudança de auditor é influenciada pela dimensão da empresa.

H₈ – A mudança do auditor é influenciada pelo modelo de governo da empresa.

As primeiras quatro hipóteses implicam a existência de variáveis binárias (0; 1) e assumem o valor 1 (um), se a empresa tiver obtido reservas em algum dos três últimos exercícios, e o valor 0 (zero), caso contrário.

A hipótese 5 - Rendibilidade da empresa – é medida com base em duas variáveis: rendibilidade do capital próprio e rendibilidade do ativo. Em relação à rendibilidade do capital próprio, Segura (2001), Brigham e Houston (2011), Neves (2006), Harris (1998) e Brealey, Myers e Marcus (2011) obtiveram evidência empírica entre este rácio e as Reservas no relatório de auditoria.

De modo análogo, o rácio da rendibilidade do ativo é relevante na avaliação da aplicação dos recursos da empresa, uma vez que reflete melhor os aspetos económicos dos quais os gestores são responsáveis (Villaroya, 2003).

Assim, é de esperar que a probabilidade de uma empresa receber uma opinião modificada aumente em função do crescimento da rendibilidade dos capitais próprios.

A hipótese 6 - estrutura de capitais – expressa pelos seguintes rácios: autonomia financeira, *debt to equity* e endividamento. Autores como (Haskins & Williams, 1990; Citron & Taffler, 1992) nas suas investigações verificaram existir uma relação positiva entre as dificuldades financeiras das empresas e a emissão de pareceres de auditoria modificados.

Neste sentido, é expectável que as empresas com dificuldades financeiras tenham maior tendência para receber uma opinião qualificada (Hudaib & Cooke, 2005).

A hipótese 7 - dimensão da empresa - justifica a utilização das duas grandezas mais utilizadas neste tipo de informação, volume de negócios e ativo. Para evitar situações extraordinárias em algum exercício económico calculou-se a média simples dos últimos três anos.

Agruparam-se as empresas em classificações comuns de acordo com determinadas características – pequenas, médias e grandes – com atribuição de valores numéricos às mesmas. Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Spathis, Daimpois e Zopouridis (2003), Gaganis e Pasiounas (2007), Lee, Mande e Son (2009), Reichelt e Wang (2010), Defond e Lennox (2011), Krishnan e Sengupta (2011) testaram nos seus estudos associação entre as opiniões emitidas nos relatórios de auditoria e a dimensão das empresas auditadas.

São unânimes em afirmar que estas variáveis assumem uma importância vital na decisão do auditor perante o tipo de parecer de auditoria da empresa auditada.

A hipótese 8 - o modelo de governo da empresa - é também uma variável binária (0;1), uma vez que a maioria das empresas segue o modelo latino, considerando-se que assume o valor 1 (um), se o modelo de governo for latino e o valor 0 (zero), se for outro tipo de modelo de governo.

Segundo Silveira (2004), o Modelo de Governo tornou-se uma condição indispensável para a estabilidade da economia, na medida em que, se traduz no sistema que assegura aos *shareholders* o modelo de governo e a efetiva supervisão da direção executiva.

A existência de diversas variáveis sobre as hipóteses, e em particular quando respeitam a uma mesma hipótese, pode levantar problemas de colinearidade por transmitirem a mesma informação. Assim, recorreu-se ao *software* estatístico *SPSS* para a verificação de correlação entre as seguintes variáveis:

- Rendibilidade do capital próprio e rendibilidade do ativo;
- Autonomia financeira e endividamento e *debt to equity*;
- Dimensão pelo volume de negócios e dimensão pelo ativo;
- Crescimento pelo volume de negócios e crescimento pelo ativo.

Dos testes realizados resultou a seguinte informação (Quadro 3):

Quadro 3 – Correlação entre rendibilidades

		Correlations	
		Rendibilidade do Capital Próprio	Rendibilidade do Ativo
Rendibilidade do Capital Próprio	Pearson Correlation	1	,285
	Sig. (2-tailed)		,000
	N	389	389
Rendibilidade do Ativo	Pearson Correlation	,285	1
	Sig. (2-tailed)	,000	
	N	389	389

Verifica-se a existência de alguma correlação entre as variáveis, no entanto, optamos por manter as variáveis numa fase inicial, sem prejuízo de posteriormente poderem ser eliminadas.

De igual modo testamos a correlação entre a estrutura de capitais (Quadro 4), tendo-se obtido uma forte correlação entre duas variáveis por transmitirem informação redundante sobre a estrutura de capitais. Logo, optou-se por manter o rácio *debt to equity* visto ser bastante utilizado por analistas financeiros, tendo-se eliminado a variável autonomia financeira e endividamento.

Quadro 4 – Correlação entre estrutura de Capitais

		Correlations		
		Autonomia Financeira	Debt to Equity	Endividamen to
Autonomia Financeira	Pearson Correlation	1	,770	,669
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N	389	389	389
Debt to Equity	Pearson Correlation	,770	1	,771
	Sig. (2-tailed)	,000		,000
	N	389	389	389
Endividamento	Pearson Correlation	,669	,771	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	
	N	389	389	389

Após a exclusão das variáveis anteriormente referidas, realizámos o mesmo procedimento com as variáveis classificação pelo volume de negócios e classificação pelo Ativo (Quadro 5).

Quadro 5 – Correlação entre as classificações da dimensão da empresa

		Correlations	
		Classificação pelo Volume de Negócios	Classificaçã o pelo Ativo
Classificação pelo Volume de Negócios	Pearson	1	,760
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)		,000
		N	389
Classificação pelo Ativo	Pearson	,760	1
	Correlation		
	Sig. (2-tailed)	,000	
		N	389

Os resultados obtidos confirmam uma correlação elevada entre estas duas variáveis, devendo uma das variáveis ser eliminada. A realização do teste de colinearidade permite escolher qual delas permanece no modelo.

Logo, conforme indicado, testou-se a colinearidade entre as variáveis escolhidas com os seguintes resultados (Quadro 6):

O diagnóstico de colinearidade (Quadro 6) revelou a inexistência de índices de condição superiores a 15, sendo de utilizar as 5 variáveis (Marôco, 2011).

Ficando assim as seguintes variáveis a incorporar no modelo:

- Existência de reservas sobre o capital próprio;
- Existência de reservas sobre o ativo;
- Existência de reservas sobre o capital alheio;
- Existência de outras reservas;
- Modelo de governo;
- Rendibilidade do capital próprio;
- Rendibilidade do ativo;
- *Debt to equity*;
- Classificação pelo volume de negócios;
- Classificação pelo ativo.

Quadro 6 – Diagnóstico de correlação entre as variáveis

Collinearity Diagnostics^a

Model	Dimension	Eigenvalue	Condition Index	Variance Proportions					
				(Constant)	Rendibilidade do Capital Próprio	Rendibilidade do Ativo	Debt to Equity	Classificação pelo Volume de Negócios	Classificação pelo Ativo
1	1	5,604	1,000	,00	,00	,00	,00	,00	,00
	2	,151	6,098	,01	,11	,07	,01	,09	,14
	3	,114	7,018	,00	,37	,01	,29	,00	,03
	4	,072	8,794	,07	,06	,81	,12	,02	,00
	5	,031	13,378	,25	,30	,10	,12	,58	,49
	6	,027	14,338	,67	,16	,02	,46	,31	,34

a. Dependent Variable: Mudança de auditor

Com a seguinte representação do modelo:

$$\text{logit}[\theta(Y_N)] = \alpha + \sum_{k=1}^{10} \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon$$

3. Resultados obtidos

Como se pode observar pelo Quadro 7, os dados após serem colocados no SPSS, as variáveis apresentam significância estatística, uma vez que possuem *p-value* inferiores ao nível de significância definido ($\alpha = 0,15$), conforme Quadros 7 e 8.

Quadro 7 – Valores das variáveis

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
ResAT	,936	,401	5,451	1	,020	2,550
ResCA	-,633	,420	2,270	1	,132	,531
OutRes	-,672	,436	2,380	1	,123	,511
ModGov	-1,544	,422	13,415	1	,000	,214
DebtToEq			3,786	2	,151	
DebtToEq(1)	,458	,517	,787	1	,375	1,582
DebtToEq(2)	,691	,356	3,775	1	,052	1,995
ClassVN			15,001	2	,001	
ClassVN(1)	2,422	,628	14,879	1	,000	11,271
ClassVN(2)	1,096	,489	5,021	1	,025	2,993
ClassAT			9,708	2	,008	
ClassAT(1)	-1,329	,529	6,313	1	,012	,265
ClassAT(2)	,049	,430	,013	1	,909	1,051
Constant	-,388	,389	,995	1	,318	,678

a. Variable(s) entered on step 1: ResAT, ResCA, OutRes, ModGov, DebtToEq, ClassVN, ClassAT.

Sobre o modelo foi realizada uma regressão logística binária, cujos resultados são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Percentagem de acerto do modelo

Classification Table^a

	Observed		Predicted		
			Mudança de auditor		Percentage Correct
			Não mudou de auditor	Auditor novo	
Mudança de Step 1 auditor	Não mudou de auditor	219	103	68,0	
	Auditor novo	23	44	65,7	
Overall Percentage				67,6	

a. The cut value is ,172

Pela observação do Quadro 8 constatamos que o modelo coincide em mais de $\frac{2}{3}$ dos casos, sendo a percentagem ligeiramente superior na continuidade do auditor e ligeiramente inferior na mudança do auditor.

A fórmula final apresenta os seguintes valores:

$$\begin{aligned} \text{logit}[\theta(Y_N)] = & -0,388 + 0,936 \times \text{ResAT} - 0,633 \times \text{ResCA} - 0,672 \times \text{OutRes} + \\ & -1,544 \times \text{ModGov} + 0,075 \times \text{DebtEq}_{\text{Mau}} - 0,308 \times \text{DebtEq}_{\text{Aceitável}} - 0,383 \times \text{DebtEq}_{\text{Bom}} + \\ & +1,249 \times \text{ClassVN}_{\text{Pequena}} - 0,077 \times \text{ClassVN}_{\text{Média}} - 1,173 \times \text{ClassVN}_{\text{Grande}} + \\ & -1,062 \times \text{ClassAT}_{\text{Pequena}} + 0,796 \times \text{ClassAT}_{\text{Média}} + 0,267 \times \text{ClassAT}_{\text{Grande}} \end{aligned}$$

Da aplicação do modelo acima indicado, verifica-se que é de aceitar as hipóteses 2, 3, 4, 7 e 8 – o relatório de auditoria com reservas sobre o ativo, com reservas sobre o capital alheio, com outras reservas, pela dimensão da empresa e pelo governo da sociedade, respetivamente – porque apresentam um *p-value* inferior ao nível de significância definido ($\alpha = 0,15$).

Assim, pode-se concluir que a variável dependente (mudança do auditor) é influenciada pela existência das várias variáveis independentes acima descritas, que são, as reservas sobre o ativo, as reservas sobre o capital alheio, as outras reservas, a dimensão da sociedade e o tipo de governo da sociedade.

Conclusões

O modelo de regressão logística utilizado expressa a existência de uma associação, estatisticamente significativa, entre a mudança de auditor e o relatório de auditoria financeira modificado.

Os resultados obtidos demonstram claramente que as variáveis que mais influenciam a mudança de auditor são a existência de reservas sobre o ativo, sobre o capital alheio e a existência de outras reservas.

Também a dimensão da empresa (expresso quer pelo volume de negócios, quer pelo ativo) e o modelo de governo instituído na empresa (modelo latino versus não latino) conduzem a uma maior propensão de substituição do auditor.

A existência de reservas no relatório de auditoria financeira não é, por si só, factor determinante para a mudança de auditor, ao invés, dos factores económico-financeiros que assumem maior preponderância na mudança de auditor

Bibliografia

American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (1992). Statement of Position Regarding Mandatory Rotation of Audit Firms of Publicly Held Companies. New York.

Arruñada, B. (2000). Audit Quality: Attributes, Private Safeguards and the Role of Regulation. *European Accounting Review*, 9 (2), 205 – 224.

Arruñada, B., & C, P.A. (1997). Mandatory Rotation of Company Auditors: A Critical Examination. *International Review of Law and Economic*, (17), 31 – 61.

Barbadillo, E. R., Aguilar, N. G., & Pena, N. C. (2006). Evidencia Empírica sobre el Efecto de la Duración del Contrato en la Calidad de la Auditoría: Análise de las medidas de Retención y Rotación Obligatoria de Auditores. *Investigaciones Económicas*, XXX (2), 283 – 316.

Brealey, R. A., Myers, S. C., & Marcus, A. J. (2011). *Fundamentals of Corporate Finance* (7th Edition.). McGraw-Hill Higher Education.

Brigham, E. F., & Houston, J. F. (2011). *Fundamentals of Financial Management* (7th Edition). Brigham Houston.

Chow, C. W., & Rice, S. J. (1982). Qualified Audit Opinions and Auditor Switching. *Accounting Review*, April, 326 – 335.

Citron, D. B., & Taffer, R. J. (1992). The Auditor Report under Going Concern Uncertainties: An Empirical Analysis. *Accounting and Business Research*, 22 (88) (autumn), 337 – 345.

Commission on Public Trust and Private Enterprise. (2003). Finding and Recommendations part 3: Audit and Accounting. New York. The Conference Board.

Davidson, W. N., Jiraporn, P., & DaDalt, P. J. (2004). Causes and Consequences of Audit Shopping: An Analysis of Auditor Opinions, Earnings Management, and Auditor Changes. *Quarterly Journal of Business & Economics*, 45 (1-2), 69 – 87.

DeAngelo, L. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3 (3), 183-199.

Defond, M. L., & Lennox, C. S. (2011). The Effect of Sox on Small Auditor Exits and Audit Quality. *Journal of Accounting and Economics*, 52 (1), 21 – 40.

Defond, M., Raghunandan, K., & K, S. (2002). Do non-audit services fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. *Journal of Accounting Research*, (40), 1247 – 1274.

Defond, M., Raghunandan, K., & K, S. (2002). Do non-audit services fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. *Journal of Accounting Research*, (40), 1247 – 1274.

- Deis, D. R., & Giroux, G. (1996). The Effect of Auditor Change on Audit Fees, Audit Hours and Audit Quality. *Journal of Accounting and Public Policy*, 15, 55 – 76.
- Fédération des Experts Comptables Européens. (FEE). (2004). Study on Mandatory Rotation of Audit Firms Fédération des Experts Comptables Européens. [Http://www.lar.Lt/Docs/FEE](http://www.lar.Lt/Docs/FEE). Acesso em 11 de Março de 2014.
- Gaganis, C., & Pasiouras, F. (2007). A multivariate analysis of the determinants of auditor's opinions on Asian Banks. *Managerial Auditing Journal*, 22 (3), 268 – 287.
- Haskins, M. E., & Williams, D. (1990). A Contingent Model of Intra-Big Eight Auditor Changes. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 9 (3), 55 – 74.
- Haskins, M. E., & Williams, D. (1990). A Contingent Model of Intra-Big Eight Auditor Changes. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 9 (3), 55 – 74.
- Hope, O. K., & Langli, J. C. (2010). Auditor Independence in a Private Firm and Low Litigation Risk Setting. *The Accounting Review*, 85 (2), 573 – 605.
- Hudaib, M., & Cooke, T. E. (2005). The Impact of Management Director Changes and Financial Distress on Audit Qualification and Auditor Switching. *Journal of Business Finance & Accounting*, 32, 1703 - 1739.
- Institute of Chartered Accountants in England and Wales. (2002). Mandatory Rotation of Audit Firms. London. [Http://www.icaew.co.uk/publicassets/00/00/03/64/pdf](http://www.icaew.co.uk/publicassets/00/00/03/64/pdf) (acesso em 11 de Março de 2014).
- Ireland, J. C. (2003). An Empirical Investigation of Determinations of Audit Reports in the U.K. *Journal of Business Finance & Accounting*, 30 (7-8), 975 – 1015.
- Krishnan, G. V., & Sengupta, P. (2001). How do Auditors Perceive Recognized vs Disclosed Lease and Pension Obligations? Evidence from Fees and Going-Concern Opinions. *International Journal of Auditing*, 15 (2), 127 – 149.
- Lee, H. Y., Mande, V., & Son, M. (2009). Do Lengthy Auditor Tenure and the Provision of Non-Audit Services by the External Auditor Reduce Audit Report Lags? *International Journal of Auditing*, 13, 87 – 104.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (5ª Ed). Pero Pinheiro. Acedido de www.reportnumber.pt
- Monroe, G., & Teh, S. (1993). Predicting Uncertainty Audit Qualifications in Australia Using Publicly Available Information. *Accounting Finance*, 33 (2), 79 – 106.
- Mutchler, J. F. (1986). A Multivariate Analysis of Auditor's Going Concern Opinion Decision. *Journal of Accounting Research*, 23 (2), 668 – 682.
- Neves, J. C. (2006). *Análise Financeira - Técnicas Fundamentais*. Texto Editores.
- Palmrose, Z. (1989). The relation of audit contract type to audit fees and hours. *The accounting review*, 63, 488-499.
- Petty, R., & S, C. (1996). Auditor Rotation: Framing the Debate. *Australian Accountant*, May, 40 – 41.
- Raghunathan, B., Lewis, B., & Evans, J. (2002). An empirical investigation of problem audits. *Research in accounting regulation*, 8, 33-58.

- Reichelt, K. J., & Wang, D. (2010). Natural and Office-Specific Measures of Auditor Industry Expertise and Effects on Audit Quality. *Journal of Accounting Research*, 48 (3), 647 – 686.
- Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2001). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, (30), 375 – 400.
- Securities and Exchange Commission. (SEC). (1994). Staff Report on Auditor Independence. Washington, D.C.
- Securities and Exchange Commission. (SEC). (2000). Revision of the Commission's Auditor Independence File nº 57 – 13- 00 (RIN: 3235 – AH91)
- Segura, A. S. (2001). El Informe de Auditoria y su Relación con las Características Corporativas, 30 (108), 349 – 391.
- Shank, J., & Murdock, R. (1979). Comparability in the application of reporting standards: some further evidence. *The Accounting Review*, (October), 824 - 835.
- Silveira, Miceli, A. D. (2004). Governança corporativa e estrutura da propriedade. Tese de Doutorado (Doutoramento em Administração). Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade. São Paulo.
- Spathis, C., Doumpos, M., & Zopounidis, C. (2003). Using Client Performance Measures to Identify Pre-Engagement Factors Associate with Qualified Audit Reports in Greece. *The International Journal of Accounting*, 38, 267 – 284.
- U.S. Senate (1976). The Accounting Establishment: A staff study subcommittee establishment on reports, accounting and management of the committee on government Operations Metcalf Report. U.S. Government Printing Office.
- Villaroya Lequericaonandia, M. B. (2003). *Alteraciones y Manipulaciones de la Contabilidad*. Universidad de Valladolid.
- Warren, C. (1980). Uniformity of auditing standards: a replication. *Journal of Accounting Research*, (spring), 312 - 324.